

A ancestralidade afro-pindorâmica na escola: Uma pedagogia em construção

por Flávia Natércia da Silva Medeiros



Colagem "Literatura", por Leania Marinho de Aguiar

Ainda é grande a quantidade de pessoas que, no Brasil, crescem sem ter mais que uma vaga ideia das culturas, das histórias, dos costumes e dos saberes daqueles que já viviam ou passaram a viver no país após a chegada dos colonizadores europeus. Tudo se passa como se somente com a chegada deles tivesse início a história dos povos que por eles foram subjugados, subordinados, explorados, estuprados, torturados, assassinados. Ou morreram de doenças. Ou sucumbiram à travessia do Atlântico em condições extremamente precárias. Esse desconhecimento contribui de forma decisiva para a forma como são encaradas e tratadas as pessoas negras e indígenas.

741. A luz negra como outra possibilidade de ler o mundo como conhecemos. A luz negra postulada na forma generativa, um conhecimento que demanda outras ferramentas para ser apreendido. A luminosidade da luz negra revela o que está oculto, transparente em conformidade com a norma. Trazer esse pensamento nos tempos de hoje é um exercício de experimentação sobre o fazer futuro e o mundo; uma experimentação implicada nos rastros para a ancestralidade.

Jota Mombaça e Musa Micheli Mattiuzzi (2019)

Eu aconteço, artisticamente falando, acredito, dentro de um processo que nos convida a pensar criticamente a decolonização, a apropriação cultural, o cristianismo, o monoteísmo, a monocultura e todos os dilemas do existir globalizado. Ou não?

Jaider Esbell (2018)

Porém, apesar de toda a violência sofrida no passado e persistente no presente, resistimos tanto nós, descendentes de pessoas africanas, quanto os povos originários, ditos pindorâmicos em referência ao período pré-cabralino de nossa história. Continuamos a praticar nossos ritos, preservamos nossos costumes e nossos saberes, ainda que nos tenha sido reservada a margem. É preciso, portanto, recontar a história do Brasil. É preciso resgatar a riqueza das culturas que a construíram para restabelecer conexões com os saberes ancestrais e promover a elevação da autoestima daqueles que, na condição de subalternos, tradicionalmente não podiam falar (Spivak, 2014).

É preciso produzir brechas ou fissuras no monolítico saber dominante ou hegemônico. É preciso atentar contra a colonização do pensamento e do conhecimento, produzir contranarrativas, destruir o eurocentrismo. “303. Destruição como performance generativa de uma leitura abolicionista para o mundo” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019). “005. “A face radical da negritude reside na torção do pensamento - ou seja, ao saber e estudar, a negritude anuncia o fim do mundo como conhecemos.” Denise Ferreira da Silva” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019). Podemos considerar que essa face radical também é pindorâmica.

Na lei e na raça

Mas foi somente em 2003 que, atendendo a uma reivindicação antiga dos movimentos negros, foi promulgada a Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou obrigatório o ensino das histórias e das culturas africanas e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio do Brasil. Cinco anos mais tarde, em 2008, foi promulgada a Lei 11.645, modificando a anterior para instituir a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas indígenas além das africanas e da afro-brasileira. Entretanto, apesar do caráter obrigatório determinado pela legislação, o cumprimento dessa determinação na prática ainda esbarra em uma série de obstáculos, como a formação da/os docentes e o material disponibilizado tanto para professora/es quanto para estudantes.

A escola continua sendo basicamente excludente e conservadora, fundamentada em um modelo branco de currículo que folcloriza e exotiza elementos das culturas não brancas. E a formação de professoras e professores falha em proporcionar aos futuros profissionais conhecimento amplo e atualizado sobre nossas temáticas e nossas questões. No entanto, o ensino constitui uma das principais ferramentas para enfrentar o preconceito, a discriminação e a exclusão que nos atingem como afropindorâmicos.

Com o intuito de fornecer bases para uma educação que não somente cumpra a lei, como também contribua para a promoção de mudanças necessárias e urgentes na sociedade brasileira, foi ministrado o curso “Pedagogia da ancestralidade”, uma pedagogia que se refere aos processos educativos da ancestralidade negra e indígena, cujas bases são a vivência comunitária e o modo de vida integrado à filosofia do bem viver. O curso foi realizado remotamente ao longo de 12 semanas a partir de abril de 2022.

Como ponto de partida para as discussões que foram estimuladas e alimentadas em seu âmbito, foram elaborados textos sobre os temas: oralidade, roda, símbolos e grafismos, arte, jogos, literatura e ervas e folhas. Trata-se de conhecimentos que pouco ou nada foram sistematizados com a finalidade almejada, encontrando-se dispersos por dissertações, teses, artigos, capítulos de livros, livros. Trata-se de uma pedagogia em construção.

No texto sobre oralidade, considera-se que, no lugar de ser uma etapa a ser superada, a oralidade constitui um dos valores civilizatórios das pessoas negras e indígenas: é a principal via para a construção e a difusão de conhecimentos, bem como a organização comunitária, mas também representa muito mais que isso. A palavra tem força, é sagrada, carrega axé. Para além da comunicação oral, a oralidade é uma modalidade de discurso que envolve, afora o uso da palavra, o uso do som, do espaço, do corpo, dos símbolos e do encantamento.

Por meio da oralidade se transmitem valores tanto sociais quanto civilizatórios das comunidades negras e indígenas, como é o caso da roda. Nas comunidades tradicionais, a oralidade se preserva como um verdadeiro modo de vida totalmente conectado com a ancestralidade, o que se constata nas relações comunitárias, na mediação de conflitos, nos rituais, na educação e nos processos de aprendizagem. E, mesmo nas sociedades afetadas pela escrita, o que se transmite oralmente de geração em geração – e envolve desde provérbios e ditos populares até conhecimentos, saberes e tecnologias – tem relevância cultural até hoje. Mas a relevância da oralidade não impede que nos apropriemos da escrita, praticando a escrevivência, conceito de Conceição Evaristo que designa a escrita que brota do cotidiano, da memória e das experiências da autora e do povo preto – conceito que podemos estender aos povos pindorâmicos.

Outro valor civilizatório afro-pindorâmico é a roda, tema do segundo texto. Círculos que se formam em torno da contação de histórias, do contato com o sagrado, do encontro com as raízes ancestrais, da brincadeira, do lazer. Ciranda, saia rodada, cantiga de roda, roda de batuque, roda de coco, samba de roda, roda de jongo, roda de capoeira, xirê (*Sirê*), pajelança. Em roda se interage, se congrega, se acolhe, se confraterniza, se troca, se joga, se toca, se canta, se dança, se cria, se trabalha, se rememora, se celebra, se reconhece e também se aprende, ao pé de uma grande árvore, na praça pública, na rua, no terreiro, no quintal, na roça, na escola. Damos aos nossos ouvidos a chance de ouvir aquilo que ainda não ouviram [1]. Todos se veem, todos fazem parte, o que requer nossa presença no sentido mais pleno do termo.

A roda é viva e dinâmica e propõe um tempo cíclico, mítico, não linear. Ela contribui para a manutenção de tradições, ao mesmo tempo em que não cessa de se reinventar. Abre-se como um convite ao movimento, à ação, à participação. Fecha-se num movimento de inclusão e pertencimento: a roda é imanência, sem um “fora”, sem transcendência. Entre nós, afro-ameríndios, essa circularidade assume um caráter político de resistência e pode contribuir para decolonizar a construção de nossa cidadania. Para Nogueira (2019), a roda é uma tática que coloca perspectivas diversas para o debate intelectual e que reconhece que o consenso é uma impossibilidade. Desse modo, o diálogo em torno das várias abordagens não tem como objetivo atingir um consenso: “A roda é a possibilidade de assumir que os interesses são diversos e que o embate não cessa pelo alcance de uma razão universal que diferencie o ‘verdadeiro’ do ‘falso’” (Nogueira, 2019, p. 46).

Em seguida, tratamos dos símbolos e grafismos. Entre os povos pindorâmicos, pinturas, grafismos, símbolos e marcas são muito presentes e contribuem tanto para sua identificação cultural quanto para sua resistência política. Segundo o indígena Xavante com ascendência guarani Nhandeva Cristian Wariu Tseremey wa, alguns são sagrados. Outros distinguem clãs ou povos inteiros em relação aos outros. Outros, ainda, servem para proteger o corpo, que figura entre os principais suportes para esses signos. Por meio dos grafismos, diversas etnias têm procurado manter ou resgatar elementos fundamentais de suas próprias culturas e suas identidades. Cada um pode e deve ser compreendido em seu próprio contexto, dentro da tradição na qual se insere.



Também abordamos as escritas africanas e os Adinkra. Fazendo assim, nós contribuimos para que esses povos sejam conhecidos, respeitados e valorizados. E podemos contribuir para a formação de gerações cujo futuro se construa levando em consideração todo o legado deixado por nossos antepassados. No texto sobre arte, abordamos o fato de diversas formas de arte estarem presentes em nossas culturas afro-ameríndias, algumas delas desde os tempos pré-cabralinos. Na criação de tecidos, cerâmicas, cestas, gamelas, bancos, diademas, cocares e outros objetos, ritualísticos ou cotidianos, nossos ancestrais se expressavam artisticamente e nos legaram as formas tradicionais de arte. Dentre elas, encontram-se os grafismos e as pinturas corporais, abordados em um texto específico, conforme já mencionado.

E, embora nossa presença na produção audiovisual tenha sido tradicionalmente marginalizada e tornada invisível, hoje já é possível encontrar uma ampla, ainda que pouco conhecida, produção de artistas afro-pindorâmicos. A obra de artistas como Rosana Paulino, Denilson Baniwa e Jaider Esbell, por exemplo, alcançaram grande visibilidade no Brasil e no mundo. A produção desses artistas explicita os sentidos políticos da arte, que é capaz de questionar, criticar e subverter a ordem vigente, além de afirmar a existência e potencializar a resistência daqueles e daquelas que tradicionalmente foram excluídos ou mantidos à margem da sociedade brasileira.

No que concerne à literatura, temos de considerar que ela influencia a formação de nossas identidades e de nosso sentimento de pertencimento, bem como a expressão de nossas subjetividades. Por isso, o que circula pela sociedade com esse rótulo pode ganhar uma relevância que extrapola os círculos literários e afetar a dimensão coletiva da vida. Faz-se relevante examinar como nós, povos afro-pindorâmicos, fomos e somos retratados na literatura brasileira e como nos afirmamos como autora/es de textos e livros em uma sociedade estruturada sobre o racismo.

No Brasil, como personagens da literatura escrita por brancos, tanto negra/os quanto indígenas foram relegados em geral a papéis secundários, silenciados ou apagados. Mas, a partir do final do século XX, têm se multiplicado iniciativas e editoras voltadas à publicação de autora/es afro-pindorâmica/os, preenchendo aos poucos uma imensa lacuna no mercado editorial. É o caso da Padê Editorial, da Editora Malê e da Kitembo Edições Literárias do Futuro. Mais de 40 etnias pindorâmicas já publicaram textos na forma de livros e cartilhas (Franca; Silveira, 2014). E a pressão por visibilidade e representatividade negra e indígena tem se refletido nas políticas de edição e contratação das grandes editoras, que têm sido obrigadas a ampliar o “cardápio” oferecido a seus consumidores. Isso não significa, porém, que tenhamos vencido a luta contra a desigualdade nesse setor da economia e da cultura. Resta ainda muito a ser conquistado.

Para mudar a forma como as relações étnico-raciais são trabalhadas nas instituições de ensino, pode-se também incorporar aos métodos usados para ensinar jogos ancestrais indígenas, africanos e negro-brasileiros. Brincando se aprende e muito. Brincadeiras e jogos acompanham a existência da humanidade e da vida em sociedade. E a brincadeira pode servir como ponto de partida para a abordagem de nossas culturas e nossos valores ancestrais.

Cabe ainda considerar que parte do nosso conhecimento ancestral afro-pindorâmico está inscrito em folhas e ervas, usadas com diversas finalidades. Por meio delas se mantêm nossos valores, nossas visões de mundo e nossas religiões. Nossos saberes antigos seguem vivos nos ramos batidos ou no fumo soprado em pessoas ou objetos para afastar más energias. Partes das plantas como as folhas são queimadas em rituais de defumação ou passam por processos de infusão, decocção ou maceração. Banhos, chás e tinturas são preparados.

Pajés, xamãs, feiticeira/os, pais e mães de santo, curandeira/os, benzedeira/os, todes utilizam esses saberes ancestrais em benefício dos membros das comunidades em que vivem. Além das ervas e das folhas, tubérculos, raízes, cascas, cipós, flores, sementes e frutos podem igualmente fazer parte de “receitas” litúrgicas, xamânicas ou quotidianas para cuidar da saúde e do equilíbrio físico ou espiritual.

Múltiplas fontes e possibilidades

Todos os textos foram escritos com linguagem acessível, evitando tecnicismos e desnecessários rebuscamentos, e remetem a vídeos, textos, imagens e exposições virtuais, que proporcionam um aprofundamento dos assuntos abordados. Embora haja grande quantidade de informações disponíveis na rede, a temática abordada, que não se encontra sistematizada em nenhum lugar e se nutre de abordagens recentes, requer que se recorra a múltiplas fontes na elaboração de cada texto. Foram buscadas fontes negras e indígenas sempre que possível a fim de escurecer e decolonizar a produção.

Com isso, as singularidades presentes no corpo discente podem ser preservadas, ao mesmo tempo em que um resultado maior que a soma das partes pode ser alcançado por meio do processo de ensino/aprendizagem. “55. Aqui nesse momento desarmamos o nosso corpo coletivo, e como máquina de guerra, nós aqui desistimos das memórias trágicas. Olhamos para frente e continuamos um futuro onde possamos recriar nossa existência” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019).

Referências bibliográficas

- ESBELL, Jaider. Makunaima, o meu avô em mim! **Iluminuras**, vol. 19, n. 46, p. 11-39, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/85241/49065>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FRANCA, Aline; SILVEIRA, Náira C. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, vol. 26, n. 1, p. 67-76, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Sw9dF3yQ43JZRZgR7mktWQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- HAMPATÉ B , Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.
- MOMBAÇA, Jota; MATTIUZZI, Musa M. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: FERREIRA, Denise F. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- NOGUERA, Renato. Entre a linha e a roda: geopolítica, infâncias e educação das relações étnico-raciais. In: SESC, Departamento Nacional. **Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2019.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

[1] Essa afirmação se baseia em um dito popular africano que se refere ao caráter vitalício do aprendizado, apresentado por Hampaté Bâ (2010, p. 200): “‘Todos os dias’, costuma-se dizer, ‘o ouvido ouve aquilo que ainda não ouviu’”.